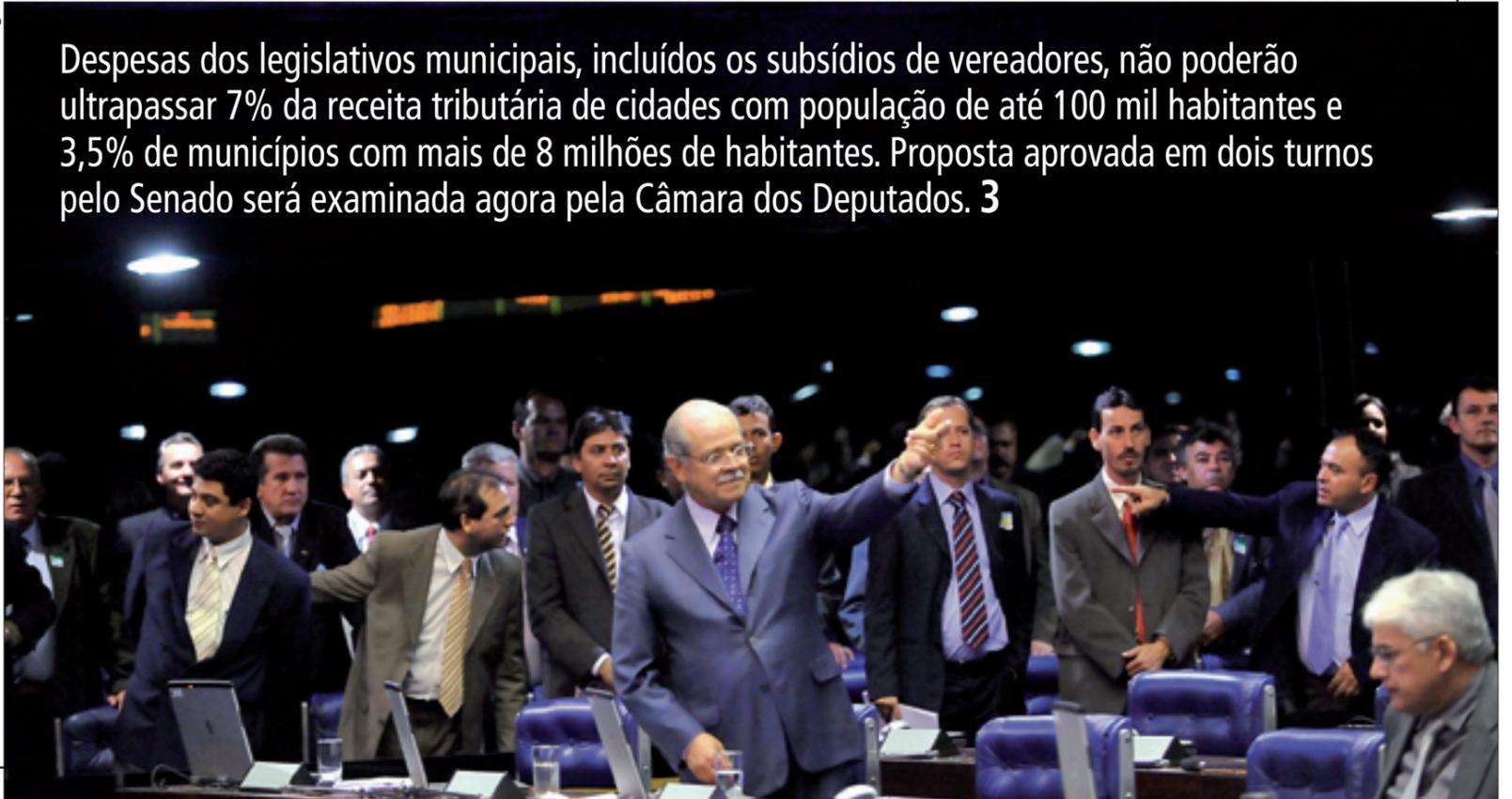


Aprovados limites de gastos para as câmaras municipais

Despesas dos legislativos municipais, incluídos os subsídios de vereadores, não poderão ultrapassar 7% da receita tributária de cidades com população de até 100 mil habitantes e 3,5% de municípios com mais de 8 milhões de habitantes. Proposta aprovada em dois turnos pelo Senado será examinada agora pela Câmara dos Deputados. **3**

Genady Agêda

Suplentes de vereadores acompanham, no Plenário do Senado, votação da proposta de emenda constitucional de César Borges (ao centro, em pé)



Janeiro



Acompanhado de Temer e de vários deputados e senadores, Sarney assiste a vídeo da campanha institucional

“O Parlamento é muito maior do que todos nós”

“Esta solenidade não é para defender o Parlamento, mas para dizer ao povo brasileiro o que o Congresso representa para ele”, afirmou ontem o presidente do Senado, José Sarney, ao lançar campanha com o slogan “O Congresso faz parte da sua história”. O objetivo é mostrar à população o que o Legislativo tem feito em benefício do país. **5**

Mesa examinará proposta de reforma

Sarney marca reunião para analisar sugestões de Jereissati e de vários senadores. **4 e 5**

Instalação de CPI é marcada para dia 30

Virgílio diz que oposição negocia para garantir funcionamento da CPI da Petrobras. **8**

JFreitas



Maciel (E), Osmar Dias, Kátia Abreu, Antonio Carlos Júnior e Alvaro Dias na reunião em que a CCJ votou vários projetos

CCJ acolhe prorrogação de fundo contra a pobreza

Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, que vigora até 2010, passaria a ter prazo indeterminado, segundo proposta aprovada pela CCJ. **7**

Código de TRÂNSITO BRASILEIRO

Mudou para você, mudou para o Brasil. O Congresso faz parte da sua história.



NEUTO DE CONTO ESPERA RODOVIA BIOCEÂNICA



Neuto de Conto

O lançamento, pelo governo argentino, do edital de concorrência para as obras de uma rodovia bioceânica que possibilitará a ligação do Brasil com o oceano Pacífico foi comemorado por Neuto de Conto (PMDB-SC). A obra está interligada à BR-282, já concluída, que conecta Florianópolis ao município de Paraíso (SC), na fronteira com a Argentina. "Vai ser um corredor de importação e exportação, e para o turismo", disse o senador.

PEDIDO EM FAVOR DE PRESO POLÍTICO NA VENEZUELA

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu pedido do advogado norte-americano Robert Amsterdam para ajudar na libertação do banqueiro venezuelano Elísio Cedeño, preso desde 2007 na Venezuela, segundo o advogado, por motivos políticos. Robert entregou a Sarney um dossiê completo sobre o caso. O senador disse que encaminhará o pedido à Comissão de Relações Exteriores, onde a questão da entrada da Venezuela no Mercosul está em debate. "Tenho sido permanente crítico do presidente Hugo Chávez e de seu projeto de poderio militar na Venezuela", afirmou Sarney, acrescentando que tem conversado com políticos da Venezuela.

Movimentos sociais criticam a presença militar brasileira no Haiti

Participantes de audiência na Comissão de Relações Exteriores denunciam que as tropas da missão das Nações Unidas comandada pelo Brasil estão ajudando a polícia haitiana a reprimir o movimento sindical

REPRESENTANTES DE MOVIMENTOS sociais criticaram duramente a presença de tropas brasileiras no Haiti, à frente de uma missão de paz da Organização das Nações Unidas (ONU). Em audiência pública promovida ontem pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), os convidados disseram que o problema haitiano é principalmente social e não se resolverá por via militar.

Integrante da Comissão de Direitos Humanos da seção do Rio de Janeiro da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RJ), Aderson Bussinger disse que esteve no Haiti há dois anos. Segundo o advogado, militares da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (Minustah), comandada pelo Brasil, ajudam a polícia

haitiana a reprimir o movimento sindical.

A coordenadora da Rede Jubileu Sul, Sandra Quintela, afirmou que entre os "vários massacres" registrados nos últimos anos no Haiti, está um ocorrido há poucos dias, quando um grupo de estudantes foi às ruas pedir a entrada em vigor de uma lei para reajuste do salário mínimo. O uso de gás lacrimogênio pela polícia, relatou, teria resultado na morte de um bebê e um idoso.

Na opinião do representante da Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas) Antonio Lisboa Leitão de Sousa, o Brasil deveria fazer como Cuba, que enviou médicos e professores ao Haiti, em vez de participar da missão militar.

O haitiano Didier Dominique, representante do movimento Batay Ouvrier, afirmou que a presença em seu país de tropas da Minustah insere-se em um "projeto imperialista burguês". Esse projeto, em sua opinião, começou com a desativação da produção de açúcar no Haiti, continuou com a redução da produção de arroz e teve como consequência a grande migração para as cidades e a presença de mão de obra barata para empresas industriais que se instalam nas novas zonas francas do país.

– Esse é um projeto imperialista, do qual participa o vice-presidente brasileiro José Alencar, dono de empresas têxteis, que enviou seu filho para conhecer as zonas francas do Haiti – acusou.

A chefe da Divisão das Nações Unidas do Ministério das Relações Exteriores, conselheira Gilda Motta Santos Neves, afirmou que a Minustah – da qual participam tropas de quase 50 países, sendo 12 latino-americanos – pode ser vista como uma missão "multidimensional", por se preocupar não apenas com a segurança, mas também com a promoção do diálogo político e a preservação dos direitos humanos.

Ela informou que o governo brasileiro tem promovido diversas atividades de cooperação bilateral, como a promoção da saúde da mulher, a cooperação no processamento de caju e a construção de cisternas. E recordou que as desigualdades sociais antecedem a presença da missão.



Antonio Lisboa Leitão (E), Aderson Bussinger, Gilda Neves, senador Eduardo Azeredo, Sandra Quintela e Didier Dominique em audiência na CRE, ontem

José Nery sugere visita de senadores brasileiros ao local

Autor do requerimento para a realização da audiência na CRE sobre a presença de tropas brasileiras no Haiti, José Nery (PSOL-PA) propôs que uma comitiva de senadores visite aquele país.

– Precisamos dialogar diretamente com os atores sociais haitianos, aqueles que costumemente não são ouvidos – sugeriu Nery.

O senador afirmou que os militares brasileiros promovem "aqui e ali" iniciativas nas áreas de educação e saúde, mas lamentou que a ênfase maior da operação seja a "garantia de segurança".

Geraldo Mesquita Júnior

(PMDB-AC) relatou ter ouvido de parlamentares haitianos, durante visita àquele país, que as tropas brasileiras deveriam permanecer lá. O senador advertiu, porém, que não concordará com o uso de tropas brasileiras para reprimir movimentos sociais. Eduardo Suplicy (PT-SP) também disse não ter percebido nenhuma hostilidade à presença brasileira quando visitou o Haiti, mas concordou com José Nery em que uma nova visita de senadores brasileiros ao país seria positiva. "Na volta, poderíamos transmitir nossas impressões ao governo brasileiro", sugeriu.

Comissão aprova emendas ao projeto da LDO para 2010

As emendas da Comissão de Relações Exteriores ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2010 foram aprovadas ontem. O principal objetivo delas foi o de preservar de futuros cortes despesas na área de defesa nacional a serem incluídas no Orçamento para o ano que vem.

Entre as emendas acolhidas, que tiveram Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) como relator, estão as que evitam limitação de emprego na função "Defesa Nacional" e nas despesas relativas ao desenvolvimento do ciclo do combustível

nuclear e do protótipo de reator nuclear, de responsabilidade da Marinha. Outra emenda procura estabelecer como prioridade para a Caixa Econômica Federal o financiamento de moradia a militares que morem em áreas consideradas de risco.

Eduardo Azeredo (PSDB-MG), presidente da comissão, elogiou o trabalho feito por militares, apesar da carência de recursos, no resgate dos corpos de avião da Air France que caiu no oceano Atlântico. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) considerou "modestas" as emendas apresentadas pelo colegiado.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Sessão conjunta do Congresso

Às 10h, no Plenário da Câmara dos Deputados, sessão conjunta do Congresso Nacional para analisar projetos de lei com parecer favorável da Comissão Mista de Orçamento (CMO). Às 14h, no Senado, a sessão é deliberativa.

Agenda do presidente

O presidente do Senado Federal, José Sarney, preside às 10h, no Plenário da Câmara dos Deputados, a sessão conjunta do Congresso Nacional e às 16h, no Plenário no Senado, preside a ordem do dia.

Isonção para óleo diesel

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) analisa, às 8h30, entre os itens da pauta de votações, projeto que isenta da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide-Combustível) o óleo diesel utilizado na produção agrícola e na produção de energia. Antes, a CI vota emendas apresentadas ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2010.

Crise financeira

A Comissão Especial de Acompanhamento da Crise Financeira e da Empregabilidade se reúne, às 10h, para apresentação do relatório preliminar das atividades da comissão entre março e maio de 2009.

Reforma do CPP

A comissão temporária destinada a examinar o projeto de lei que reforma o Código de Processo Penal (CPP) realiza, às 9h, audiência pública. Entre os participantes da reunião estarão os presidentes da Associação dos Magistrados, juiz Airton Mozart Valadares Pires; da Associação dos Membros do Ministério Público, José Carlos Cosentino; e da Associação dos Delegados de Polícia, Carlos Eduardo Benito Jorge.

Servidores do IBGE são tema de debate na CCJ

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) tem audiência pública marcada para as 10h. Os senadores debaterão proposta que inclui entre os servidores que desenvolvem atividades exclusivas de Estado aqueles do Plano de Carreiras e Cargos da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Brasileiros no exterior

Os impactos da crise financeira internacional sobre as oportunidades de emprego para brasileiros que vivem no exterior serão discutidos em reunião da Comissão de Relações Exteriores (CRE), às 10h. Foi convidado para o debate o embaixador Oto Agripino Maia, subsecretário-geral das Comunidades Brasileiras no Exterior, do Ministério das Relações Exteriores. A CRE também vai analisar uma indicação de embaixador.

Proposta, que agora será submetida ao exame da Câmara dos Deputados, deverá proporcionar economia de R\$ 1,4 bilhão aos cofres das prefeituras

Aprovado limite de gasto das câmaras municipais

O SENADO FEDERAL aprovou ontem, em dois turnos de votação, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 47/08, que limita os gastos das prefeituras com as câmaras municipais. Acolhida sob a forma de substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a proposta estabelece que as despesas das câmaras municipais, incluídos os subsídios de vereadores e excluídos gastos com inativos, não poderão ultrapassar 7% da receita tributária para municípios com população de até 100 mil habitantes e 3,5% para municípios com mais de 8 milhões de habitantes.

Conhecida como PEC Paralela dos Vereadores, e prevista para vigorar a partir de 1º de janeiro do próximo ano, a proposta altera o artigo 29-A da Constituição, estabelecendo uma tabela de gastos cujos percentuais são relativos à soma da receita tributária e das transferências feitas aos municípios pela União (veja infográfico).

De autoria do senador César Borges (PR-BA), a matéria foi relatada na Comissão de Constituição e Justiça pelo senador

PEC Paralela dos Vereadores

A PEC, que deve vigorar a partir de 1º de janeiro do próximo ano, altera o artigo 29-A da Constituição, estabelecendo a seguinte tabela de gastos, cujos percentuais são relativos à soma da receita tributária e das transferências feitas aos municípios pela União:

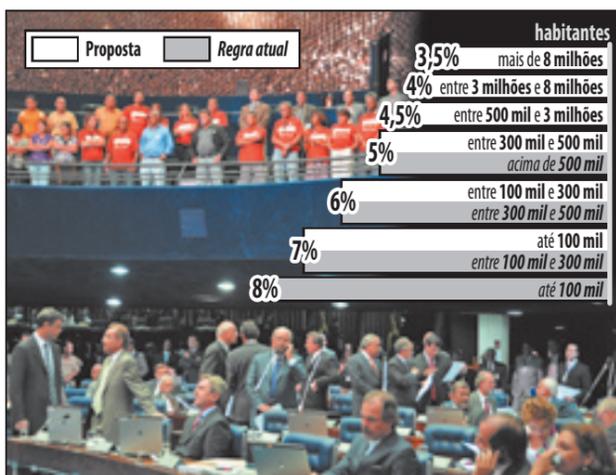


Foto: Vitor Valente

Fonte: PEC 47/08

Valter Pereira (PMDB-MS). O texto final foi definido após a análise de duas emendas apresentadas em Plenário durante a discussão da proposta e assinadas por 31 senadores.

Valter Pereira disse, em seu voto, que houve grande dificuldade para fixar limites de

despesa do Poder Legislativo municipal de forma a satisfazer, ao mesmo tempo, as necessidades funcionais das mais de 5 mil câmaras do país e controlar os gastos públicos nesse setor.

A PEC 47/08 tem longo trajeto no Congresso Nacional. Ela é resultado da PEC 20/08, votada

anteriormente na Câmara e que, ao chegar ao Senado, terminou sendo desmembrada, a partir da aprovação de requerimento dos senadores Marco Maciel (DEM-PE) e César Borges.

A PEC 20/08, que visa ampliar o número de vagas de vereadores em todo o país, tramita novamente na Câmara, enquanto a PEC 47/08 ficou para ser analisada no Senado. Aprovada, essa matéria também será examinada agora pelos deputados.

Despesas

Segundo estudo encomendado por Valter Pereira à consultoria do Senado Federal, entre 1999 e 2007 o total de despesas das câmaras municipais passou de R\$ 5,3 bilhões para R\$ 6,9 bilhões, conforme valores corrigidos pelo IPCA a preços de 2007. Em São Paulo, por exemplo, houve corte de despesa real em 36% nesse período, enquanto no Rio ocorreu aumento real de 63%.

Os municípios de até 10 mil habitantes – que representam quase metade dos municípios brasileiros – apresentaram aumento de despesa da ordem

de 50% no mesmo período, de acordo com estudo. “Um crescimento real na faixa de 50%, em um período de oito anos, sinaliza um aumento de despesa muito forte, considerando as limitações institucionais dessas casas legislativas”, afirmou o relator.

Economia

As estimativas anteriores indicavam que a PEC Paralela dos Vereadores proporcionaria uma economia de R\$ 1,8 bilhão nos gastos das câmaras municipais. Depois de longas negociações de Valter Pereira com representantes de vereadores e senadores, que resultaram em novos ajustes na proposta, estima-se agora que os cortes deverão somar R\$ 1,4 bilhão.

Embora o texto da PEC estabeleça que as medidas entrem em vigor em 1º de janeiro do próximo ano, os efeitos dessa proposta dependem de interpretação do Supremo Tribunal Federal (STF). Isso é, cabe ao tribunal decidir se as novas regras valem para as últimas eleições municipais ou para as próximas.

Marcelo da Costa Neves representará o Senado no CNJ

O Plenário acolheu ontem o nome do advogado Marcelo da Costa Pinto Neves como representante do Senado no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para um mandato de dois anos. A nomeação será feita pelo presidente da República.

A votação foi secreta, em cédulas depositadas em urna. As lideranças partidárias apresentaram quatro candidatos: Marcelo da Costa Pinto Neves (pelo PT), Erick Wilson Pereira (lideranças do Senado), André Ramos Tavares (PDT) e Antônio Ernani Pedrosa Calhao (liderança da Minoria). Em primeiro turno, nenhum dos candidatos obteve maioria absoluta dos votos. Foi então realizado um segundo turno, com a disputa entre os advogados Marcelo da Costa Pinto Neves e Erick Wilson Pereira, os mais votados. No final, Marcelo Neves recebeu 41 votos e Erick Pereira, 20.

O Plenário votará, na próxima semana, outras 11 indicações para o CNJ, feitas por tribunais superiores, Procuradoria Geral da República e Ordem dos Advogados do Brasil. Os nomes já foram aprovados pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Criado em 2004, o Conselho Nacional de Justiça é composto por 15 ministros de tribunais superiores, juizes, advogados e procuradores. Entre outras funções, compete ao conselho examinar reclamações contra juizes.

Criada estrutura organizacional para Conselho do MP

Foi aprovado ontem o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 83/09, sobre a estrutura organizacional e funcional do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que estabelece a criação de 39 cargos de chefes, assessores, coordenadores e secretários administrativos e outros 39 cargos em comissão e funções de confiança. A matéria foi proposta pelo procurador-geral da República.

O relator do texto na Comissão de Justiça, senador Demostenes Torres (DEM-GO), argumenta que o projeto objetiva reparar o tratamento injusto e diferenciado entre conselhos tão importantes, como o ministério público e o Conselho Nacional de Justiça.

“A inexistência de estrutura organizacional e funcional do CNMP tem produzido resultados negativos na medida em que os conselheiros têm encontrado dificuldades enormes na sua atuação, o que interfere decisivamente na efetividade das suas atribuições”, explica o relator. A estrutura sugerida, segundo Demostenes, é “bastante enxuta”, mas suficiente para dar os meios necessários ao desempenho do CNMP.

As despesas decorrentes das medidas propostas serão pagas pelas dotações orçamentárias do Conselho Nacional do Ministério Público e seus efeitos financeiros retroagem à data de sua implantação. O projeto vai a sanção.

Mario da Graça Roiter será o embaixador do Brasil em Honduras

O nome do embaixador Mario da Graça Roiter foi aprovado ontem para o cargo de embaixador do Brasil em Honduras. A indicação do diplomata de segunda classe do Ministério das Relações Exteriores recebeu 49 votos favoráveis e 7 contrários. A aprovação da matéria será comunicada à Presidência da República.

Mestre em Administração de Empresas pela Babson College, do estado de Massachusetts, nos Estados Unidos, Roiter foi cônsul-geral-adjunto em Milão e na Espanha (1987), e cônsul-geral em Porto Rico (1991) e em Atlanta, Estados Unidos (1996), entre outros cargos na carreira diplomática.

Honduras tem uma população de 32 milhões de pessoas e, em 2007, seu produto interno bruto (PIB) foi de US\$ 12,3 bilhões. Em 2008, o Brasil exportou para aquele país US\$ 135,03 milhões. Segundo disse o diplomata na reunião da Comissão de Relações Exteriores (CRE) da semana passada, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) deverá financiar a construção, pela empresa brasileira Odebrecht, de uma usina hidrelétrica que produzirá 260 megawatts em Honduras. Ele relatou ainda que tem se intensificado o relacionamento bilateral com o Brasil, com ênfase na cooperação técnica em setores como produção de biocombustíveis, saúde pública e gerenciamento de recursos hídricos.

Plenário aprova nome de Henrique Sardinha para Argélia

O diplomata Henrique da Silveira Sardinha Pinto teve a nomeação aprovada pelo Plenário para o cargo de embaixador do Brasil na Argélia. Foram 42 votos favoráveis e 6 contrários.

Advogado, Sardinha Pinto foi em 1982 2º secretário da embaixada brasileira na Itália e, em 1986, 2º e 1º secretário da representação do país na Bolívia. Dois anos depois, na Nicarágua, atuou como conselheiro, função que também exerceu na embaixada no Canadá, em 1997. Em 2006, atuou como chefe de gabinete da Subsecretaria Geral de Cooperação e Comunidades Brasileiras no Exterior.

Durante a reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional que aprovou sua indicação, em 10 de junho, Sardinha afirmou que a Argélia está entre as prioridades da política externa do Brasil na África.

Apesar da aproximação política, o comércio bilateral ainda é bastante deficitário para o Brasil, disse. Em 2008, as trocas entre os dois países alcançaram US\$ 3,1 bilhões, informou o embaixador. O déficit brasileiro foi de US\$ 1,8 bilhão. Para compensá-lo, o governo estimula a participação de empresas brasileiras na construção de obras como gasodutos, aterros sanitários e viadutos. Além disso, o Brasil exporta carne e açúcar e importa da Argélia petróleo bruto e nafta.

CPI acompanha reconhecimento de suspeitos



Magno Malta

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia esteve ontem em São José do Rio Preto (SP) para acompanhar o novo reconhecimento dos supostos integrantes da rede de pedofilia descoberta em Catanduva (SP). Desta vez, o médico Wagner Rodrigo Brida Gonçalves e o empresário José Emanuel Volpon Diogo, que estavam foragidos, estiveram presentes. O senador Magno Malta (PR-ES), presidente da CPI, informou que, apesar de nervosas, algumas crianças reconheceram os suspeitos.

Expedito deve recorrer ao STF contra cassação



Expedito Júnior

Diante da decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de rejeitar recurso apresentado pela defesa de Expedito Júnior (PR-RO) contra a cassação de seu mandato, o senador deverá examinar a possibilidade de recurso no Supremo Tribunal Federal (STF).

O TSE negou recurso do parlamentar contra decisão anterior do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, que havia cassado o diploma de Expedito sob a acusação de compra de votos e abuso de poder econômico nas eleições de 2006.

Senadores aprovaram 33 projetos na noite de terça. Marconi Perillo, que presidia a sessão, disse que o esforço concentrado resultou na limpeza de uma pauta de quase 50 itens

Mendicância deixará de ser contravenção penal

O PLENÁRIO APROVOU na noite de terça-feira projeto que retira do rol das contravenções a prática da mendicância por "ociosidade ou cupidez". O artigo da Lei de Contravenções Penais que deverá ser revogado estabelece pena de prisão simples de 15 dias a três meses. A matéria, de iniciativa da Câmara dos



Marconi Perillo, na presidência da sessão, César Borges e João Pedro

Deputados, vai à sanção presidencial. Segundo o relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), a revogação do dispositivo permitirá maior proteção aos direitos humanos. Ele lembrou que o decreto-lei que prevê tal pena foi editado sob a égide da Constituição de 1937, que serviu de sustentáculo para o Estado Novo.

Também foi aprovada na mesma sessão projeto da Câmara (PLC 104/06) que altera o Código de Processo Civil para disciplinar a retirada dos autos do cartório ou secretaria pelos procuradores, bem como a obtenção de cópias na hipótese de prazo comum às partes.

De autoria do deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP), o projeto, que tem o objetivo de facilitar o trabalho do advogado, teve como relator na CCJ o senador Valter Pereira (PMDB-MS). Veja abaixo outros projetos aprovados na noite de terça-feira.

APROVADA PROIBIÇÃO DE COBRANÇA

A divulgação dos autos de infração e a proibição da cobrança de multas após a transferência do veículo é o que determina projeto aprovado pelo Plenário, que será enviado à sanção. Pela proposta, os autos de infração deverão constar na internet, dentro dos portais oficiais dos órgãos estaduais de trânsito, no prazo de sete dias a contar da data da ocorrência.

CRIAÇÃO DA SEMANA DE EDUCAÇÃO

O Plenário acolheu projeto de lei da Câmara (PLC 112/08) que institui a Semana de Educação para a Vida nas escolas públicas de ensino fundamental e médio de todo o país. Como foram aprovadas emendas ao texto, a matéria, de autoria do deputado Enio Bacci (PDT-RS), vai à Comissão Diretora para a redação final.

TRANSPARÊNCIA NAS CERTIDÕES

A obrigatoriedade de as certidões de atos e documentos expedidos por cartórios judiciais ou extrajudiciais trazerem dados completos sobre o réu e o resumo da sentença criminal é o que estabelece projeto aprovado pelo Plenário. O PLC 153/08 torna mais transparentes essas certidões para evitar constrangimentos a pessoas com o mesmo nome do réu.

ADAPTAÇÃO DE PARQUES DE DIVERSÃO

Projeto acolhido pelo Plenário (PLC 24/08) estabelece normas para adaptação de parte dos brinquedos e equipamentos em parques de diversão para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. De autoria do deputado licenciado Alberto Fraga (DF), a matéria será encaminhada à sanção do presidente da República.

PREVENÇÃO DE ACIDENTES EM BARCOS

Vai à sanção presidencial projeto (PLC 109/08) que obriga o uso de proteção nas embarcações, com o objetivo de resguardar a integridade física dos passageiros e da tripulação. O descumprimento da exigência implicará medidas administrativas, como apreensão do certificado de habilitação ou impedimento da saída da embarcação.

PRESEÇA DE DEFENSOR EM CARTÓRIO

Foi acolhido pelo Plenário projeto da Câmara (PLC 110/08) que prevê a participação de defensor público na lavratura de escritura pública de inventário, partilha, separação consensual e divórcio consensual. O projeto, que vai agora à sanção presidencial, estabelece a gratuidade desses documentos e demais atos notariais para pessoas pobres.

CARGOS NOS TRTS DE PARANÁ E DE GOIÁS

Duas propostas que criam cargos na Justiça do Trabalho nos estados de Goiás e Paraná receberam a aprovação do Plenário. O PLC 18/09 cria 281 cargos (270 permanentes e 11 em comissão) no TRT de Goiás. Já o PLC 19/09 institui 335 vagas na Justiça trabalhista do Paraná, sendo 320 efetivos (220 de analista e 100 de técnico judiciário) e 15 em comissão.

REGRAS PARA ATESTADO DE ÓBITO

Os senadores aprovaram, e vai à sanção, projeto (PLC 35/02) que regulamenta a emissão de declarações de óbito para documentar as causas da morte e abastecer de informações precisas o Sistema Único de Saúde (SUS). De autoria do então deputado Dr. Hélio, a proposta define a declaração de óbito como documento oficial do SUS para atestar a morte.

CONTRATO PARA ATUAR NO EXTERIOR

Outra proposição (PLC 59/07) aprovada pelo Plenário do Senado estende as regras da Lei 7.064/82 – que trata das relações de trabalho de pessoas contratadas no Brasil por empresas de engenharia para atuar no exterior – a todas as empresas que contratam ou transferem trabalhadores com vistas a exercer atividades fora do país.

PRESUNÇÃO DE VIOLÊNCIA

Foi encaminhado à Comissão Diretora, para redação final, projeto (PLC 79/07) aprovado pelo Plenário que altera parte de artigo do Código Penal que trata da presunção de violência – para excluir a expressão "alienada ou débil mental" e substituí-la por outros termos. A matéria foi relatada na CCJ pelo senador Wellington Salgado (PMDB-MG).

RODOVIA PARAENSE PODE SER INCLUÍDA NO SISTEMA RODOVIÁRIO FEDERAL

Outra matéria acolhida pelos senadores (PLC 92/07) inclui na relação descritiva do Sistema Rodoviário Federal a ligação rodoviária entre as cidades de Redenção e Marabá, no Pará. De

autoridade do deputado Zequinha Marinho (PMDB-PA), o projeto prevê a federalização do trecho de cerca de 310 quilômetros entre as duas cidades, denominado atualmente PA-150.

Senadores apresentam propostas de reforma administrativa da Casa

Sabatina e eleição para cargo de diretor-geral e reuniões mensais abertas a todos os senadores para tratar da administração do Senado e da pauta de votações são sugestões contidas em documento de Tasso Jereissati, Sérgio Guerra, Tião Viana, Arthur Virgílio, Pedro Simon, Renato Casagrande, Jarbas Vasconcelos, Cristovam Buarque



Senadores em Plenário discutem reação à crise gerada por denúncias da imprensa; medidas indicadas devem ser analisadas pela Mesa na terça-feira

Virgílio: Plenário deve aprovar diretor-geral

Arthur Virgílio (PSDB-AM) apresentou ontem projeto de resolução que submete o indicado pelo presidente do Senado para o cargo de diretor-geral da Casa ao voto dos 81 senadores.

Conforme a proposta, o nome só será aprovado se obtiver no mínimo 41 votos, depois de sabatinado pelos senadores. O mandato do diretor será de dois anos e coincidente com o do presidente da Casa. Não poderá haver reeleição.

Saney informou ao Plenário, logo após a comunicação de Virgílio, que apoia o projeto e pretende assiná-lo.



Conforme proposta de Virgílio, mandato será de dois anos

Nery propõe medidas para superar a crise

José Nery (PSOL-PA) sugeriu em Plenário medidas para a superação da crise que o Senado vem enfrentando devido a denúncias da imprensa sobre irregularidades. O parlamentar propôs a criação de uma comissão de senadores para investigar os chamados atos secretos; o afastamento urgente dos servidores responsáveis pela publicação desses atos; e a suspensão de nomeações ou exonerações de servidores durante as apurações.

Nery alertou para a necessidade de se garantir a integridade do material de computadores que possa ajudar na elucidação de possíveis irregularidades.



Nery quer comissão de senadores para investigar os chamados atos secretos

Suplicy quer divulgação de salário de servidores

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) defendeu "total transparência" na divulgação da remuneração dos salários pagos na administração pública como forma de resgatar a credibilidade da população em suas instituições. Ele refutou a tese segundo a qual a divulgação das remunerações do Senado poderia estimular a prática de atos de violência contra os funcionários da instituição.

Já Papaléo Paes (PSDB-AP) disse considerar inconstitucional a divulgação de salários de servidores públicos pela internet e insistiu no risco para a segurança das famílias deles.



Senador pede "total transparência" e refuta risco à segurança dos funcionários

Cristovam afirma que discurso foi frustrante

"Do discurso de ontem do presidente Sarney ficou uma imensa frustração, de ver meu chefe do Senado, aquele que é responsável pelos fatos que aqui acontecem, dizer que o problema é do Senado, como se dissesse: 'eu não tenho nada a ver com isso'."

A afirmação foi de Cristovam Buarque (PDT-DF), ao se referir ao pronunciamento que Sarney fez na terça-feira sobre a crise na instituição. Para Cristovam, "a responsabilidade em primeiro lugar é do presidente; em segundo, dos membros da Mesa" e, em terceiro lugar, de todos os senadores.



Cristovam chama a atenção para o papel do presidente da Casa

Papaléo destaca nota em defesa do Senado

Papaléo Paes (PSDB-AP) solicitou a inclusão nos Anais do Senado de nota publicada no *Jornal de Brasília* em que o colonista Gilberto Amaral faz uma defesa do presidente da instituição, José Sarney: "O Brasil precisa preservar suas instituições e seus grandes homens públicos. A campanha que se orquestra em vários setores da sociedade contra o Senado da República, especialmente contra o senador José Sarney, é absolutamente insana, cruel e, por que não dizer, irresponsável. Sarney é um dos homens públicos mais valiosos deste país".



Campanha contra o Senado é "insana e cruel", lê Papaléo

Jayme Campos: Sarney não é o responsável

Na opinião do senador Jayme Campos (DEM-MT), o presidente do Senado, José Sarney, não é o responsável pela crise que atualmente atinge a instituição. Ele ressaltou que a Casa vem tomando todas as providências no sentido de apontar as responsabilidades pelos "defeitos que eventualmente possam existir e que não se consertam da noite para o dia".

– Reitero a minha confiança em vossa senhoria e espero que a Mesa faça um trabalho exemplar – afirmou o senador, dirigindo-se a Sarney.



Jayme Campos: o presidente do Senado vem tomando medidas corretas

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, anunciou ontem que a Mesa discutirá na terça-feira propostas de reforma administrativa do Senado apresentadas por oito senadores. As sugestões foram lidas no Plenário por Tasso Jereissati (PSDB-CE) e incluem a eleição pelos senadores para o cargo de diretor-geral, a realização de uma reunião plenária por mês exclusiva para assuntos administrativos e a definição mensal de uma pauta de votações.

Jereissati apresentou a proposta em nome dos senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM), Tião Viana (PT-AC), Pedro Simon (PMDB-RS), Renato Casagrande (PSB-ES), Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), Cristovam Buarque (PDT-DF) e Sérgio Guerra (PSDB-PE). O objetivo do grupo, segundo o parlamentar cearense, é pôr fim à crise que vive a Casa em função de denúncias da imprensa.

Na avaliação de Tasso Jereissati, a primeira providência seria, no prazo de uma semana, proceder-se à eleição de um novo diretor-geral, que teria de ser indicado pela Mesa e referendado pelo Plenário. Assim como ocorre com a escolha de diretores das agências reguladoras e do Banco Central, o indicado seria sabatinado pelos senadores a respeito de suas metas e objetivos, com um plano de reestruturação administrativa para a Casa.

O senador explicou ainda que a Mesa e o Plenário estabele-

ceriam "algumas metas" para o novo diretor no tocante à redução de pessoal, suspensão imediata de qualquer nova contratação e eliminação de todas as vantagens não consideradas essenciais para o exercício parlamentar.

Sobre a proposta de realizar reunião ordinária mensal do Plenário para tratar da pauta, Jereissati explicou que "há uma queixa constante, quase geral, de que os senadores são colocados diante de votações que não sabiam que iriam acontecer". Ele também solicitou auditoria externa sobre os chamados "atos administrativos secretos".

Em seguida, Wellington Salgado (PMDB-MG) criticou o que considerou um excesso de propostas em relação à crise administrativa. Segundo o senador, muitas ideias são levantadas com objetivos políticos. Para ele, a responsabilidade por eventuais erros cometidos na administração da Casa não foi de "um funcionário poderoso" nem de Sarney, mas do conjunto dos senadores. Jereissati respondeu à intervenção de Wellington Salgado ponderando que os senadores estão sofrendo um julgamento negativo por parte da opinião pública, o que também ocorrerá nas próximas eleições.

– Esta instituição é muito grande e vai sobreviver. Provavelmente o que não venha a sobreviver são os nossos mandatos – observou.

Sugestões para enfrentar a crise

Um grupo suprapartidário de parlamentares apresentou ao presidente do Senado, José Sarney, uma lista de pontos para reestruturar a administração da Casa:

Exoneração imediata do diretor-geral do Senado e de toda a diretoria.
Indicação do novo diretor-geral, referendado pelo Plenário, na forma de projeto de resolução a ser apresentado.
Apresentação de proposta de reforma administrativa pelo novo diretor-geral.
Estabelecimento de meta de redução de pessoal e a suspensão de novas contratações.
Eliminação de vantagens acessórias inerentes ao mandato parlamentar.
Realização de reunião ordinária mensal do Plenário para estabelecer a pauta de votações do período seguinte.
Realização de reunião ordinária mensal do Plenário para votação de medidas administrativas propostas pela Mesa.
Auditoria externa para todos os contratos firmados pelo Senado Federal.

Campanha mostra papel do Legislativo na vida do cidadão

"O Congresso faz parte da sua história." Esse é o slogan da campanha que os presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara, Michel Temer, lançaram ontem para informar a população sobre as mudanças que o Legislativo tem aprovado em benefício do país.

Em discurso, Sarney declarou que, "mesmo com seus defeitos, é o Congresso que assegura os direitos de todos os brasileiros". – Essa solenidade não é para defender o Parlamento, mas para dizer ao povo brasileiro o que o Congresso representa para ele. Nós somos transitórios, mas o Parlamento é muito maior que todos nós, porque ele é o coração do povo. E é aqui que realmente o povo tem condições de influir nas decisões, na formação dos seus direitos – destacou.

A campanha contém seis peças destinadas a mostrar avanços fundamentais para o país, que exibem depoimentos de brasileiros relatando as mudanças ocorridas em suas vidas como resultado de projetos aprovados pelo

Congresso. É o caso do pedreiro Antonio Rodrigues da Silva Filho, que dá seu testemunho dos impactos de mudanças na legislação do seguro-desemprego, especialmente para quem trabalha na construção civil. Os profissionais do setor, lembra o pedreiro, frequentemente ficam sem renda quando uma obra é concluída, e dependem do benefício para sustentar a família nesse período.

Outros brasileiros destacam avanços na legislação, como Lei dos Empregados Domésticos, Código Brasileiro de Trânsito, Lei da Licença-Maternidade, Código de Defesa do Consumidor e Lei Maria da Penha.

O material promocional, para veiculação em jornal, rádio e televisão, vai ser divulgado pelos veículos de comunicação do Senado e por outras emissoras públicas. Até o dia 26 de junho, as peças da campanha estarão em exibição nos espaços públicos do Congresso e disponíveis para download no endereço www.senado.gov.br/ocongressofazpartedasuahistoria.



Sarney: "O Parlamento é muito maior que nós, é o coração da democracia"

Sarney: Legislativo é o único Poder que decide com o povo

Os defeitos do Legislativo são os mais visíveis entre os Poderes da República por ser este o único que decide sob a influência direta do povo. A afirmação foi feita por José Sarney durante o lançamento da campanha "O Congresso faz parte da sua história".

O presidente do Senado disse que, na hora em que um chefe de Estado, do Executivo, assina um decreto, o povo não está ali participando. Da mesma forma, quando um juiz prola uma sentença, não consulta a população. – No Senado ou na Câmara, ao votarmos qualquer coisa, é longo o processo legislativo e o povo participa desse processo, influi, vai para as galerias, acompanha. E quantas vezes recuamos ou avançamos baseados nessa participação do povo? O Legislativo é o coração da democracia. Ele nasceu para isso. E o povo tem que cobrar – ressaltou.

Sarney também afirmou que o Brasil sempre foi um país garantidor dos direitos humanos e sociais. E falou que as imunidades garantidas aos parlamentares e a liberdade da imprensa foram criadas para evitar a influência dos governos sobre eles. – Ao longo do tempo, houve abusos intoleráveis, que existem até hoje, mas essa não é uma crise do Parlamento brasileiro. É uma crise dos parlamentos do mundo inteiro. E nós temos que responder a isso. Nossa função é justamente a de responder a isso e procurar de toda maneira que, nesses novos tempos, tenhamos condições de corrigir todos esses erros e fazer com que o povo não olhe o Parlamento pelos seus defeitos – assinalou.

Na solenidade, o presidente da Câmara, Michel Temer, declarou que o significado do lançamento da campanha "O Congresso faz parte da sua história" é revelar para a sociedade a importância do Legislativo brasileiro.

Decisão da Comissão de Assuntos Sociais vale também para os motoboys. Idade mínima de 21 anos e curso especializado estão entre exigências para exercer as atividades. Projeto será examinado agora pelo Plenário

Mototaxista poderá ter a profissão regulamentada

A COMISSÃO DE Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem proposta que regulamenta as profissões de mototaxistas e motoboys, exigindo para seu exercício idade de 21 anos completos e habilitação em curso especializado, a ser regulamentado pelo Conselho Nacional de Trânsito (Contran). O projeto vai agora ao Plenário, com pedido de urgência também aprovado na comissão.

A relatora, senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN), lembrou ser uma realidade brasileira a existência de mototáxis, principalmente no Norte e no Nordeste. Segundo ela, são 2,8 milhões de pessoas engajadas nessa atividade e em serviços de entrega de encomendas,

os chamados motoboys, espalhados em todas as cidades do país. Para Rosalba, é relevante que o PLS 203/01 crie normas de segurança para os motos, exija equipamentos de proteção para os condutores – como colete de segurança – e determine inspeção semestral obrigatória dos veículos e desses dispositivos.

Segundo Exedito Júnior (PR-RO), relator do projeto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, caberá ao Contran fiscalizar as normas de segurança e, aos municípios, a regulamentação local do serviço, com exigências que atendam especificamente à sua realidade.

César Borges (PR-BA) argu-

mentou que, se não houvesse demanda desses serviços, bem como aprovação por parte da população, nem a profissão nem o serviço existiriam. Para José Nery (PSOL-PA), os municípios precisam proibir a condução, por motocicleta, de mais de um passageiro ao mesmo tempo e o transporte, por mototáxi, de materiais inflamáveis ou tóxicos.

Enologia

A CAS também aprovou, em decisão terminativa, permissão para que os diplomados como técnicos de nível médio em Enologia entre dezembro de 1998 e maio de 2007 possam exercer a profissão de enólogo.



Profissões são exercidas em 3,5 mil municípios, afirma Rosalba Ciarlini

Relatora comemora regulamentação

A aprovação do projeto que regulamenta as profissões de mototaxista e de motoboy pela CAS foi comunicada em Plenário pela senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN). Relatora do projeto, que tramita no Congresso desde 2001, ela disse que o Senado apenas homologa o que já existe na prática: são profissões exercidas em 3.500 municípios do país.

Rosalba observou que o trabalho do mototaxista existe especialmente nas cidades e regiões onde não há transporte público ou onde ele é precário. Sublinhou que a regulamentação permitirá que a polícia militar e a polícia rodoviária façam uma fiscalização severa, retirando das ruas pessoas não qualificadas ou sem os equipamentos de segurança.



Mozarildo (E), Papaléo, César Borges e Exedito debatem normas de segurança e fiscalização incluídas na proposta

CAS aprova energia limpa em edifícios de uso coletivo

Para estimular o uso da energia solar, a CAS acatou proposta do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) que modifica o Estatuto da Cidade para exigir que os municípios tenham normas de utilização de energia solar nas edificações de uso coletivo, públicas e privadas.

Pelo PLS 23/04, aprovado em decisão terminativa, os edifícios de uso coletivo construídos com recursos do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) devem adotar prioritariamente sistema de aquecimento de água com a utilização de energia solar, ou de outras formas de energia limpa, permitindo o aproveitamento econômico

de insumos disponíveis.

A comissão também aprovou proposta da Câmara (PLC 59/06) prevendo a obrigatoriedade de fornecimento, por planos e seguros privados de saúde, de bolsas de colostomia. Conforme a relatora, Rosalba Ciarlini (DEM-RN), a colostomia é uma derivação intestinal, feita por meio de procedimento cirúrgico no intestino grosso em que o paciente deve fazer uso de coletor de fezes, ou bolsa de colostomia, material descartável que precisa ser trocado todos os dias. A senadora incluiu na proposta emenda para obrigar os planos a fornecerem também coletores urinários e sondas vesicais.

Equipamentos hospitalares poderão ter isenção fiscal

A CAS acolheu também proposta que isenta equipamentos e materiais hospitalares sem similar nacional da cobrança dos impostos de Importação (II) e sobre Produtos Industrializados (IPI), bem como das contribuições para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e para os programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS-Pasep).

Pelo PLS 81/09, do senador Delcídio Amaral (PT-MS), o Poder Executivo deverá estimar o montante da renúncia fiscal para que o Orçamento a ser submetido ao Congresso Nacional já contemple a isenção.

O relator, Papaléo Paes (PSDB-AP), argumentou que a pequena renúncia fiscal prevista na proposta contribuirá para que maiores parcelas da população tenham acesso às tecnologias modernas e ao melhor tratamento disponível na área da saúde.

O colegiado também aprovou o Projeto de Lei da Câmara 1/09, que fixa normas de segurança a serem seguidas pelos estabelecimentos que fornecem serviços que possam provocar cortes ou perfurações corporais em clientes, tais como barbeiros, manicures, tatuadores e profissionais de inserção de piercings e similares.

Propriedade intelectual em debate na CCT

A legislação brasileira sobre propriedade intelectual precisa ser melhorada para garantir maior proteção aos direitos autorais e, ao mesmo tempo, elevar o país a uma posição de destaque no cenário internacional. O alerta foi feito ontem por especialistas em pesquisa, ciência e tecnologia que participaram de audiência pública na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) para discutir o tema "Propriedade intelectual e inovação".

A advogada e livre-docente em Direito Internacional pela Universidade de São Paulo (USP) Maristela Basso explicou que no Brasil ainda há muito a se fazer, porque a legislação sobre o assunto é dividida em duas: uma sobre direitos autorais e outra sobre propriedade industrial, que "não conversam entre si".

Segundo a gerente de Comércio Exterior do Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Karla Borges, para que o Brasil avance no campo da propriedade intelectual, faltam mais engajamento da sociedade e maior discussão sobre o assunto no Congresso Nacional.



Especialistas pedem melhoria na legislação

Comissão de Ciência e Tecnologia acolhe emendas à LDO

O apoio à implantação e modernização de centros vocacionais tecnológicos está entre as cinco emendas ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2010 aprovadas ontem pela CCT. As demais emendas trataram de apoio à pesquisa, inovação e extensão tecnológica para o desenvolvimento social; incentivo à pesquisa e à inovação em arranjos produtivos locais; fomento à elaboração e implantação de projetos de inclusão social; e realização de pesquisas em medicina tropical e meio ambiente no Instituto Evandro Chagas, na Amazônia. As emendas à LDO serão encaminhadas à Comissão Mista de Orçamento (CMO).

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

1º Vice-Presidente: Marconi Perillo

2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko

1º Secretário: Heráclito Fortes

2º Secretário: João Vicente Claudino

3º Secretário: Mão Santa

4º Secretário: Patrícia Saboya

Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral do Senado: José Alexandre Lima Gazineo

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Marconi Perillo • Mão Santa

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Ana Lucia Romero Novelli

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira

Edição: Valter Gonçalves Júnior e Raíssa Abreu

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria

Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino

Arte: Cirilo Quartim, Claudio Portella, Diego Jimenez e Oscar

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Fonte de 65% dos recursos do Bolsa Família pode deixar de existir ano que vem. Comissão de Justiça também discutiu medidas tributárias

Isenção de IR para aposentados com doenças graves

Os rendimentos de aposentadoria ou reforma militar de portadores de lúpus, epilepsia e artrite reumática poderão ficar isentos do Imposto de Renda. É o que determina projeto aprovado ontem pela Comissão de Justiça, como substitutivo do relator, Demostenes Torres (DEM-GO), a proposta (PLS 467/03) de Paulo Paim (PT-RS) que pretendia estender o benefício aos servidores aposentados por invalidez em decorrência daquelas doenças. Demostenes excluiu essa parte do projeto porque, conforme argumentou, alterações no Regime Jurídico Único dos servidores somente podem ser propostas pelo presidente da República.

Protesto poderá interromper prescrição judicial

A Comissão de Justiça aprovou projeto (PLC 48/08) que inclui o registro de protesto extrajudicial como uma das causas para a interrupção de prescrição. Pelo Código Civil, a prescrição é a contagem de prazo para que o detentor de um direito perca a possibilidade de requerê-lo na Justiça. O relator na CCJ foi Lobão Filho (PMDB-MA). A primeira versão do projeto, ainda na Câmara, previa a suspensão quando da apresentação do protesto. No entanto, os deputados alteraram a data, de modo a fixar a interrupção da prescrição quando da ciência, pelo citado, do protesto extrajudicial.

Menos exigência a indicados para CNJ e CNMP

A CCJ aprovou parecer do senador Gilvam Borges (PMDB-AP) favorável a projeto de resolução (PRS 22/09) que livra os indicados para os conselhos nacionais de Justiça (CNJs) e do Ministério Público (CNMP) de apresentar ao Senado declaração de que renunciam ao direito de concorrer à promoção por merecimento ou de integrar lista para ingresso em qualquer tribunal durante o mandato nesses órgãos e até dois anos após o seu término. A proposta é de José Sarney (PMDB-AP), para quem a exigência tem gerado desestímulo a bons candidatos a vagas nos dois colegiados.



Relator Demostenes Torres (D), presidente da comissão, aceitou manter o fundo nas disposições constitucionais transitórias

CCJ aprova prorrogação do Fundo de Combate à Pobreza

O FUNDO DE Combate e Erradicação da Pobreza, instituído para vigorar até 2010, pode ser prorrogado por tempo indeterminado. Proposta de emenda à Constituição (PEC) com essa finalidade foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) como texto substitutivo elaborado pelo relator, Demostenes Torres (DEM-GO).

O substitutivo foi alterado momento antes da votação, num acordo para que incorporasse sugestão de Aloizio Mercadante (PT-SP) no sentido de que o fundo continuasse como parte das medidas contidas no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT). Na proposta original (PEC 14/08), de Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), inicialmente

acolhida pelo relator, o fundo constaria do corpo permanente da Constituição. Depois de longo debate, prevaleceu a concepção de que, assim, o texto contribuiria para fixar a ideia de que a pobreza no país é uma condição insuperável. A PEC irá agora a exame do Plenário. Depois, sendo confirmado o parecer da CCJ, a matéria será encaminhada à Câmara.

O Fundo de Combate à Pobreza foi instituído em 2000, depois da aprovação pelo Congresso de proposta do então senador Antonio Carlos Magalhães – transformada na Emenda Constitucional 31 (ADCT). Hoje, provêm de suas receitas cerca de 65% dos recursos aplicados na manutenção do Bolsa Família. O fundo também oferece suporte

a ações de nutrição, educação e habitação, entre outras.

Ao assumir a vaga de ACM, Antonio Carlos Júnior, seu filho, elegeu como uma das metas de seu mandato a renovação do fundo. Para o senador, o país ainda registra índices de pobreza “vexatórios” e não pode abrir mão de fontes seguras de recursos para combater e erradicar a pobreza.

– A extinção do fundo representaria um prejuízo incalculável para a parcela mais carente da sociedade – afirma.

A senadora Kátia Abreu (DEM-TO) destacou a necessidade de se criar “portas de saída” para os beneficiários do Bolsa Família, por meio de medidas que garantam alternativas econômicas de sustentabilidade.

Rejeitada emenda à PEC que reduz idade penal

A Comissão de Justiça rejeitou emenda apresentada em Plenário pelo senador Magno Malta (PR-ES) à proposta de emenda à Constituição (PEC 20/99) que reduz a maioria penal de 18 para 16 anos. A emenda eliminaria o limite de idade para imputabilidade em casos de crimes hediondos, como o latrocínio – roubo seguido de morte. A PEC, do ex-senador José Roberto Arruda, volta ao exame do Plenário.

O senador Aloizio Mercadante (PT-SP) condenou a sugestão de Malta, lendo manifestos contrários à aprovação de qualquer proposta que venha a reduzir a maioria penal. Pedro Simon (PMDB-RS), Lúcia Vânia (PSDB-GO) e Ideli Salvatti (PT-SC) também se posicionaram contrariamente à redução da maioria penal. Todos defenderam o fortalecimento de políticas públicas de apoio aos jovens.

A CCJ rejeitou ainda projeto (PLS 41/07) de Eptácio Cafeteira (PTB-MA) que prevê duplicação da pena a quem utilizar menores para a prática de crime.

Renda como critério de desempate em vestibular

No caso de empate em seleção para ingresso em instituições públicas de ensino superior, será dada prioridade ao estudante que comprovar ter renda familiar inferior a dez salários mínimos. É o que estabelece projeto do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) aprovado ontem pela CCJ.

Na justificativa da proposta (PLS 174/05), Crivella afirma que o princípio da isonomia determina que desiguais sejam tratados desigualmente, para que a concessão de direitos aos menos favorecidos funcione como fator de equalização. Apoiando o projeto, o relator, Alvaro Dias (PSDB-PR), disse que o critério de desempate sugerido é coerente com a Constituição, que “proclama ser objetivo fundamental da República reduzir as desigualdades sociais”.

Emenda do relator insere as modificações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A matéria receberá decisão terminativa na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Templos e partidos livres de cobrança de contribuições

A Comissão de Justiça aprovou ontem proposta de emenda à Constituição (PEC 16/07) do senador Francisco Dornelles (PP-RJ) que proíbe a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios de criarem contribuições tributárias para templos religiosos, partidos políticos, entidades sindicais e instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos. São incluídos ainda nas isenções livros, jornais, periódicos e o papel destinado à impressão desses materiais.

Também foi aprovado projeto (PLS 100/06) de Serys Slhessarenko (PT-MT) que visa dispensar as associações de moradores do pagamento de taxas cobradas por registros em cartório para fins de enquadramento no novo Código Civil. A comissão ainda referendou voto de Adelmir Santana (DEM-DF) favorável a substitutivo da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) ao PLS 136/03, do ex-senador Paulo Octávio, que autoriza a produção e a guarda da escrituração contábil das empresas exclusivamente em meio eletrônico.

Comissão agenda debates sobre projetos em pauta

A CCJ realizará audiência pública na próxima quinta-feira sobre projeto (PLS 112/06) do senador José Sarney (PMDB-AP) que trata de normas de proteção dos direitos das pessoas com deficiência. Em 2 de julho, a comissão deverá debater, em outra audiência, o PLC 83/08, a respeito do crime de violação dos direitos e das prerrogativas do advogado.

Já os oito projetos em análise na CCJ que tratam dos crimes hediondos serão tema de audiência a ser realizada em 9 de julho. No dia 14 de julho, a comissão vai debater a Política Nacional Antidrogas, atendendo a requerimento do grupo de trabalho da comissão que analisa o assunto.

Em data a ser definida, a Comissão de Justiça deverá realizar também, em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), audiência para debater a proposta de emenda à Constituição (PEC 74/05) do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) que tem por objetivo melhorar a qualidade da educação básica no país.

RECURSOS CONTRA MOROSIDADE JUDICIÁRIA

Dotar o Judiciário de mecanismos e de mais recursos para combater a morosidade nos processos é o objetivo de uma das cinco emendas ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2010 aprovadas pela CCJ. As outras quatro têm os seguintes objetivos: modernização das instalações do Ministério Público Federal; apoio a implantação de centros especializados de perícia médico-legal em atendimento à mulher vítima de violência; combate ao crime nas rodovias federais; e instalação de núcleos especializados de Defensoria Pública.

CRIAÇÃO DE CARGOS NA JUSTIÇA DO TRABALHO

Quatro projetos que criam cargos efetivos e comissionados e funções comissionadas na Justiça do Trabalho foram aprovados ontem pela Comissão de Constituição e Justiça. O PLC 64/09 diz respeito ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 16ª Região, com sede em São Luís. O PLC 86/09 cria cargos no TRT da 2ª Região, com jurisdição sobre a Grande São Paulo e a Baixada Santista. Já o PLC 90/09 trata da criação de cargos no TRT da 17ª Região, sediado em Vitória. E o PLC 91/09 faz o mesmo com relação ao TRT da 7ª Região, em Fortaleza. Os projetos seguem para decisão do Plenário do Senado.

PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS DIRETORES DO BC

O presidente e os diretores do Banco Central deverão comparecer ao Senado a cada seis meses, sempre em março e setembro, para expor as diretrizes e os resultados das políticas implementadas pela instituição e, ainda, responder a “inquirições sobre suas condutas éticas e profissionais” antes e durante o exercício dos cargos. A medida é prevista em proposta (PLS 126/07) de Alvaro Dias (PSDB-PR) acolhida ontem pela CCJ. O parlamentar observa que cabe ao Senado aprovar as indicações dessas autoridades, devendo também acompanhar seu atos nas funções.

Luz para Todos precisa avançar na Bahia

Geraclio Magalhães

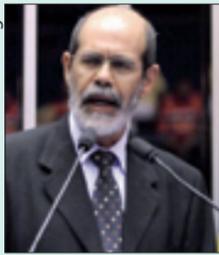


César Borges

O senador César Borges (PR-BA) cobrou ontem, na Bahia, a ampliação do programa Luz para Todos. Segundo o jornal *Correio da Bahia*, o estado é o mais deficitário do país no que diz respeito ao atendimento pelo programa. O jornal afirma também que o governo não conseguirá atender 168 mil famílias brasileiras até 2010, como estava programado. César Borges alertou especialmente o governo federal, por meio do Ministério de Minas e Energia, e o governo estadual, para que se empenhem na liberação de recursos necessários à efetivação do programa.

Mesquita Júnior elogia procurador-geral

Geraclio Magalhães



Mesquita Júnior

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) parabenizou o procurador-geral da República Antonio Fernando de Souza, que está deixando o cargo, pelo trabalho que realizou na Procuradoria-Geral. O senador elogiou a entrevista do procurador ao jornal *Folha de S. Paulo*, destacando a afirmação: "Não queiram amordaçar o Ministério Público".

– Esse recado é para o Congresso. Só quem poderia legislar, no sentido de criar óbices ao Ministério Público seria o Congresso. Eu lamento, profundamente, mas há iniciativas nesse sentido – disse Mesquita Júnior.

Início da CPI da Petrobras é remarcado para o dia 30

Adiamento da instalação foi anunciado por Virgílio, que ressaltou abertura da oposição ao debate sobre relatoria da CPI das ONGs: "Não podemos prescindir de a investigação"

FOI REMARCADA PARA o dia 30 a reunião de instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito da Petrobras, informou Arthur Virgílio (PSDB-AM).

O senador disse ter conversado com o líder do PMDB, Renan Calheiros (AL), e com o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), com o objetivo de instalar a comissão o mais rápido possível. Segundo Virgílio, Jucá apontou o dia 30 como a data ideal, porque coincidiria com a volta de Heráclito Fortes (DEM-PI), presidente da CPI das ONGs, que

se ausentou do Senado por ter sofrido uma cirurgia.

Virgílio afirmou que a oposição está aberta a discutir a renúncia da relatoria da CPI das ONGs. A nomeação de Virgílio para o cargo, no lugar da de um senador governista como havia sido acordado, tem sido apresentada como motivo para que os parlamentares da base do governo obstruam a instalação da CPI da Petrobras.

– Estamos abertos para discutir a relatoria das ONGs, estamos muito abertos. O que

nós não podemos prescindir é de fazer a investigação essencial sobre a Petrobras; os escândalos se sucedem, são graves – disse.

Virgílio frisou posteriormente em entrevista que caso a oposição abra mão da relatoria da CPI das ONGs, mas, mesmo assim, o governo não garanta quórum para a instalação da CPI da Petrobras, a oposição deverá obstruir a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o que impediria o Congresso de entrar em recesso em julho.



Moreira/Agf

Casagrande (E), Toffano, Sebastião Rocha, Hildegard Stausberg e Paulo Roberto

Casagrande defende um novo modelo de consumo energético

Diante do insustentável cenário de exploração das fontes energéticas, os países desenvolvidos deveriam financiar os investimentos de países em desenvolvimento em novas fontes de energia e na preservação dos recursos naturais, sugeriu Renato Casagrande (PSB-ES), durante o 16º Fórum Brasil-Europa, realizado no Senado.

Para o senador, as consequências das mudanças climáticas não são problemas que os países vão resolver isoladamente, mas com "um modelo de governança global" que fortaleça a inter-relação entre eles.

O Fórum Brasil-Europa é organizado pela Universidade de Brasília (UnB), Fundação Konrad Adenauer e Grupo Parlamentar Brasil-União Europeia, com o apoio da Delegação da Comissão Europeia no Brasil.

Ontem, no segundo dia de debates do fórum, Antônio Carlos Lessa, professor de Relações Internacionais da UnB, frisou que a agenda entre Brasil e União Europeia (UE) para os próximos três anos terá, entre os principais temas, a criminalização dos imigrantes na Europa e a concessão de vistos consulares. Ele também disse que os biocombustíveis são um grande ativo diplomático brasileiro.

Para Christian de Filippi, conselheiro da embaixada da Suécia, a agenda prioritária do seu país na presidência da União Europeia, que será assumida em

julho, é lidar com os efeitos da crise econômica mundial.

Questionado por Hildegard Stausberg, chefe de Política Internacional do jornal *Die Welt*, de Berlim, José Flávio Saraiva, professor da UnB, disse que União Europeia e Mercosul são dois processos de integração distintos. "Enquanto um recua quando não pode avançar e é essencialmente parlamentarista, o outro é pouco parcimonioso e pouco persistente", explicou.

Apesar de a crise ter provocado uma queda nas exportações brasileiras, o comércio entre o Brasil e a UE permanece estável, avaliou o secretário de Comércio Exterior do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Welber Barral.

Já Ivan Jancárek, embaixador da República Tcheca – país que atualmente exerce a presidência da União Europeia –, enfatizou o fato de o Brasil ter duplicado a exportação de etanol para o seu país, nos últimos 12 meses de 2008 para 2009, acompanhando a tendência da União Europeia de diversificar suas matrizes energéticas.

Ao fazer a apresentação do Grupo Parlamentar Brasil-União Europeia, que iniciou suas atividades em abril, o deputado federal Sebastião Rocha (PDT-AP) sugeriu que ele se torne um espaço de discussão de temas multilaterais e de facilitação de encontro de autoridades dos dois blocos.

Jefferson Praia questiona "investigação paralela"

Jefferson Praia (PDT-AM) questionou se o Senado, ao instalar a CPI da Petrobras, não estaria desacreditando o trabalho de instituições como o Ministério Público, o Tribunal de Contas da União e a Polícia Federal, que analisam ou já analisaram denúncias sobre a estatal.



Para Jefferson Praia, é prudente esperar mais

Para o senador, em vez de "gastar tempo e energia em uma investigação paralela", seria mais adequado o Senado acompanhar a evolução das diligências dos outros órgãos para, só então, abrir novas frentes de investigação ou apresentar proposições legislativas para corrigir os erros. Ele ressaltou que as próprias CPIs encaminham seus relatórios finais para o Ministério Público.

– Questiono ainda se o que poderíamos chamar de metodologia do escândalo é o caminho adequado para tratar de questões de política pública energética e de problemas de estratégia empresarial nessa área – disse.

O discurso motivou apertes de Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), Efraim Morais (DEM-PB) e Alvaro Dias (PSDB-PR), que ressaltaram o direito da minoria de ver a instalação de CPIs para fiscalizar ações de quem está no poder.

Marconi: mais empenho na fiscalização do governo

O vice-presidente do Senado, Marconi Perillo (PSDB-GO), anunciou ter apresentado uma proposta de emenda à Constituição estabelecendo diretrizes para o julgamento das contas do governo federal. Para ele, é uma necessidade premente da Casa analisar de forma técnica e sistemática essas contas.



Marconi quer aprimorar a análise de contas

– Nós precisamos nos debruçar com mais empenho e afinco sobre a atividade fiscalizadora do Senado, tão importante quanto a atividade legislativa – disse Marconi, informando que, de acordo com relatório apresentado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), 38 mil contratos firmados pelo governo federal em 2008 não foram fiscalizados, sendo que 47% deles apresentam indícios de irregularidades. Em 2006, segundo ele, deixaram de ser fiscalizados mais de 36 mil contratos, no valor de R\$ 10 bilhões; em 2007, quase 38 mil, no valor de R\$ 8,9 bilhões. Já os valores dos 38 mil contratos não fiscalizados em 2008 somam R\$ 13,3 bilhões.

Pela sua PEC, deverá ser fixado um prazo legal para a apreciação e o julgamento das contas e dos convênios do governo federal. Ele propõe que a vinculação dessa apreciação ao exercício fiscal ocorra da mesma maneira que é feita com o Orçamento.

Paim denuncia superlotação em prisões

Geraclio Magalhães



Paulo Paim

Paulo Paim (PT-RS) manifestou preocupação com a iniciativa da 5ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul de encaminhar ao procurador-geral da República um pedido de representação para intervenção federal no estado. O senador disse que o motivo da representação foram as reiteradas violações de direitos humanos verificadas na superlotação do sistema prisional. Segundo Paim, o procurador afirmou que existe no sistema carcerário do estado um déficit de 10 mil vagas.

– Há casos em que 40 presos ficam em celas para oito.

Mozarildo homenageia procuradores

Geraclio Magalhães



Mozarildo Cavalcanti

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) homenageou os procuradores de seu estado, lembrando que hoje se comemora os cinco anos de criação da Procuradoria-Geral do Estado de Roraima. O senador leu artigo escrito pelo procurador Marcelo Mendes em que é feita a defesa da valorização dessa categoria de servidores encarregada de resguardar o estado em casos de litígios jurídicos.

– Quando não se valoriza o procurador, não se está valorizando a defesa do próprio estado em juízo, o que é não dar o devido tratamento às próprias finanças do erário.